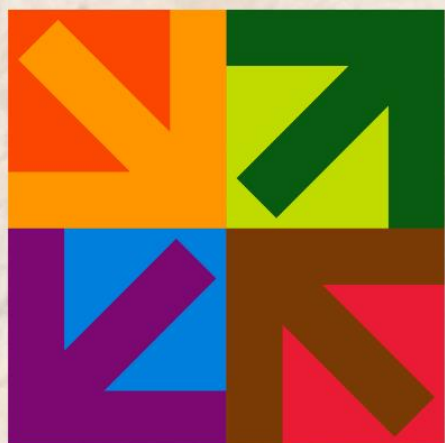




Anais do 16º Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC

Comunicações

06 a 07 de novembro de 2025



Grupo Técnico História e Memória
2025

Informações Técnicas

16. CONGRESSO DE HISTÓRIA E DE ESTUDOS REGIONAIS DO GRANDE ABC

Comissão Executiva Organizadora

Elaine Moreira Maragotto; Jorge Joaquim Magyar; Juliana Cavasini da Silva;
Marta do Nascimento Lima.

Comissão Avaliadora das Comunicações

Elaine Moreira Maragotto; Jorge Joaquim Magyar; Marta do Nascimento Lima;
Priscila Ferreira Perazzo.

Ficha catalográfica

C749a Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC.
Anais do 16. Congresso de História e de Estudos Regionais
do Grande ABC : comunicações. – São Bernardo do Campo :
CIGABC, 2025.
38 p. ; 30 cm.

1. História – Congressos -- ABCD Paulista. 2. Memória --
ABCD Paulista. I. Título. II. Consórcio Intermunicipal Grande
ABC. Grupo Técnico História e Memória.

CDU 94(815.6)ABC

Elaborada por: Marta Lima – CRB-8/5886

Sessões de Comunicação do Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC

Por ordem cronológica de apresentações

Sessão 1 – 06/11/2025 – 09h 05

DANIEL ALCARRIA – 1985: A história do primeiro título do futebol profissional de Mauá.

DANIELE ALVES DA SILVA; CLAUDIA PANIZZOLO, orientadora -- A Escola Primária de Mauá: da escola ambulante à criação do Primeiro Grupo Escolar (1896-1935).

LIA FERNANDA DA SILVA -- A formação de professores e a história local em São Caetano do Sul: desafios e possibilidades.

SILVIA REGINA MONICE GARCIA -- A insurgência de processos de autodeterminação e etnogênese a partir de releituras do pertencimento étnico.

ÁLVARO JOSÉ DE BRITO -- A relevância econômica e social da CTBC para o Grande ABC e a preservação de seu acervo histórico.

HILDA BREDAS ASSUMPTÃO – AME: Associação dos Amigos da Memória de São Bernardo do Campo.

Mediação: CLAUDIA GERMANO BULLE

Sessão 2 – 06/11/2025 – 14h 12

GIOVANNA SOUSA PASSOS -- Arquitetura hostil nos municípios do ABC Paulista: das materialidades à política urbana

ELIZABETH CRISTINA MÜLLER CAMATTA; GABRIELI HERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA -- Arquivo Histórico-Cultural da Região do ABC: memória, metodologia e ação comunitária.

IVAN AUGUSTO PEREIRA -- As nascentes de Paranapiacaba e os ingleses.

MAURICIO TINTORI PIQUEIRA -- Aspectos históricos da Casa do Naturalista da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba.

RENATO ALENCAR DOTTA -- O Curandeiro Vicente: considerações sobre um apagamento na história regional.

VIRGÍLIO ANTIQUEIRA -- Estrada do Curandeiro: mudança de nome e apagamento de memória.

GISELE YAMAUCHI -- Esvaziamento industrial, financeirização e insustentabilidade no Grande ABC Paulista à luz das *shrinking cities*.

Mediação: CLAUDIA GERMANO BULLE

Sessão 3 – 07/11/2025 – 09h 20

LUÍS ALBERTO DE ABREU -- História regional como matéria de dramaturgia.

THIAGO DA SILVA ALMEIDA -- Jogo da memória da memória de Mauá.

JAYNE NUNES DOS SANTOS -- Mauá em transformação: o papel dos movimentos populares no crescimento e desenvolvimento da cidade de Mauá-SP (1950-1980).

RAQUEL HELENA QUINTINO DE OLIVEIRA; ANGELINA RITA PEREIRA FELIX -- Mauá polo de resistências à ditadura militar.

WAGNER DE SANTANA LIMA -- Diadema LTDA: limitada de ideias, de políticas públicas e pela incompetência.

DANIELE ALVES DA SILVA; CECÍLIA AUXILIADORA BEDESCHI CAMARGO -- O processo de emancipação de Mauá: onde estavam as mulheres?

RAFAEL RAMIRES SANTOS GASQUES; CRISTIANE DOS SANTOS GASQUES -- Patrimônio industrial e memória coletiva: o caso de Paranapiacaba.

Mediação: MARCO ALEXANDRE NONATO CAVALCANTI

Sessão 4 – 07/11/2025 – 09h..... 28

ROGER MUNIZ -- Percepções dos Guarani Mbya sobre a educação escolar indígena em São Bernardo do Campo.

LETÍCIA DE MENEZES GONSALVES -- Periferia em expansão: a casa do hip hop de Diadema e o movimento hip hop.

FABIANA SOUZA FERREIRA; FLAVIO MORGADO -- Rede Beija-Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André: literatura, memória e novos sujeitos coletivos no contexto histórico do ABC.

ADRIANA SANTIAGO SILVA -- Relações de poder e instrução pública em São Bernardo: a denúncia de 1868 e a primeira escola da freguesia (1830-1872).

CARLOS ROGERIO EUSTACHIO DA SILVA CUPERTINO AMORIM -- A iminência de uma AfroEscola no ABC paulista.

VICENTE CARLOS D'ANGELO -- São Bernardo antiga em movimento.

ADÉLIA MARIA NICOLETE ABREU -- Teatro Conchita de Moraes: bastidores de uma história.

FERNANDA FIGUEIREDO D'AGOSTINI -- Cartilhas de manutenção e preservação do Patrimônio Cultural de Paranapiacaba.

Mediação: MARCO ALEXANDRE NONATO CAVALCANTI

Trabalhos inscritos e não apresentados 37

Referências bibliográficas 37

SESSÃO 1 – 06/11/2025 – 09h

1985: A HISTÓRIA DO PRIMEIRO TÍTULO DO FUTEBOL PROFISSIONAL DE MAUÁ

Daniel ALCARRIA

O livro “1985 – A História do Primeiro Título do Futebol Profissional de Mauá” resgata, em narrativa minuciosa e envolvente, a conquista mais emblemática do esporte mauaense: o primeiro título do futebol profissional da cidade, alcançado há quatro décadas. Em 2025, celebra-se o 40º aniversário daquela façanha, um marco que se inscreveu de maneira definitiva na memória coletiva da população e no patrimônio esportivo da região.

O trabalho relembra um período em que o futebol vivia seu auge em Mauá, impulsionado por acontecimentos decisivos que prepararam o terreno para a glória: a fundação do Grêmio Esportivo Mauaense, em 15 de dezembro de 1981; a conclusão das obras e inauguração do Estádio Municipal Pedro Benedetti, em 8 de dezembro de 1984; e, coroando esse ciclo virtuoso, a conquista do acesso e do título do Campeonato Paulista da Terceira Divisão de 1985, que projetou o clube e a cidade para todo o Estado.

A estrutura da obra se organiza a partir da campanha histórica do Mauaense, com relatos jogo a jogo que reconstituem a atmosfera das partidas. O autor apresenta as fichas técnicas dos confrontos oficiais e dos amistosos preparatórios, acrescentando observações próprias, muitas vezes na condição de testemunha ocular, sobretudo nas partidas disputadas em Mauá. A cada capítulo, o leitor revive não apenas os resultados, mas também os detalhes táticos, as expectativas da torcida e os desafios enfrentados pelo time.

Antes de mergulhar na trajetória de 1985, o livro oferece uma contextualização sobre as origens do futebol em Mauá. São abordadas as primeiras praças esportivas, as equipes amadoras, as iniciativas pioneiras e, sobretudo, as razões que levaram ao surgimento do primeiro time profissional da cidade. A narrativa é enriquecida por um apanhado biográfico dos atletas, comissão técnica, dirigentes e personagens que construíram essa epopeia, além de registros estatísticos e documentos da época que ajudam a compor um retrato fiel e abrangente.

O autor também amplia o olhar para além das quatro linhas, explorando a relação entre o futebol e a própria formação de Mauá como município. Aspectos como expansão urbana, diversidade econômica, ocupação territorial, crescimento demográfico e representatividade política aparecem entrelaçados à prática esportiva, revelando como o esporte se insere em um contexto social mais amplo. Assim, o futebol é apresentado não apenas como competição, mas como manifestação cultural e elemento de identidade coletiva.

Mais do que um relato esportivo, a obra se propõe a ser um instrumento de preservação da memória. Ao registrar a jornada vitoriosa do Mauaense e destacar o valor das divisões de acesso do futebol paulista – muitas vezes relegadas ao esquecimento –, o livro oferece aos pesquisadores, torcedores e amantes do futebol brasileiro uma fonte de consulta e reflexão. Ao revisitar aquela inesquecível conquista, o livro reafirma que o título de 1985 não pertence apenas ao clube, mas à própria cidade de Mauá, que viu no gramado a materialização de seus sonhos, de sua força comunitária e de sua paixão pelo esporte mais popular do país.

Palavras-chave: Futebol; Mauá; Patrimônio esportivo; Identidade cultural.

A ESCOLA PRIMÁRIA DE MAUÁ: DA ESCOLA AMBULANTE À CRIAÇÃO DO PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR (1896-1935)

Daniele Alves da SILVA

Claudia PANIZZOLO, orientadora

A dissertação investiga a história das primeiras escolas primárias de Mauá, anteriormente conhecida como Pilar, entre 1896 e 1935, período que vai da criação da Escola Ambulante até a inauguração do primeiro Grupo Escolar. A pesquisa se propõe a preencher uma lacuna na historiografia da educação local, muitas vezes baseada apenas em recortes históricos. O estudo adota a abordagem da micro-história, cultura escolar e história local, utilizando documentos históricos e normativos, jornais, relatos de moradores e registros familiares. A análise demonstra que a educação em Mauá reflete as dificuldades de um município periférico e a política educacional do estado de São Paulo no início da República.

A pesquisa contextualiza a criação das escolas no povoado de Pilar, que se urbanizava lentamente com a chegada da ferrovia em 1883. No entanto, sua economia, baseada em atividades rurais e extrativistas como as pedreiras, e a população esparsa e pobre, majoritariamente composta por imigrantes, tornaram a região menos atraente para o investimento público. A primeira escola, a Escola Ambulante, foi criada em 1896, funcionando de forma itinerante entre as estações de Rio Grande e Pilar e regida pela professora Anna Rosa Nobrega Barbosa. Esse modelo foi uma solução para a população rural dispersa, mas evidenciou a lentidão e a precariedade da instrução pública na região.

A dissertação detalha a transição para as Escolas Isoladas Mistas, que perduraram de 1899 até 1935. Nessas instituições, os professores lidavam com falta de recursos, baixa frequência de alunos, evasão escolar e a necessidade de trabalho infantil. A pesquisa destaca a dificuldade de manter uma escola masculina, que funcionou por menos de três anos (1913-1916), evidenciando que os meninos eram, em grande parte, vistos como mão de obra para o mercado local.

Um ponto central é a análise das trajetórias das primeiras professoras de Mauá, como Anna Rosa Nobrega Barbosa e Erothildes de Souza Lobo. O magistério era uma das poucas profissões abertas às mulheres, mas a atuação em áreas periféricas era marcada por desafios como o “tempo de desterro” e baixos salários. As professoras se deslocavam diariamente da capital, o que dificultava o vínculo com a comunidade. A vida e a carreira de educadoras como Adelaide Escobar Bueno e Benedicta Ladeira exemplificam a resiliência e o compromisso profissional diante de condições adversas.

O estudo culmina com a inauguração do primeiro Grupo Escolar de Mauá em 1935, um marco na educação local. No entanto, o prédio, uma antiga sede de chácara, e as fotos das crianças descalças em cenário rural demonstram que a modernização oficial coexistia com a realidade precária da população e a ausência de recursos, como bibliotecas e gabinetes dentários, que só chegariam décadas mais tarde.

A dissertação conclui que a história da educação em Mauá é uma história de permanências e transformações. O avanço do sistema educacional foi lento e desigual, refletindo as desigualdades sociais e econômicas da época. A pesquisa, ao resgatar as vozes e experiências dos agentes educacionais invisibilizados, contribui para uma historiografia mais plural e destaca a importância de olhar para a história local para compreender os desafios educacionais que persistem até hoje.

Palavras-chave: Mauá; História da educação; Escola ambulante; Escola mista; Grupo escolar.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A HISTÓRIA LOCAL EM SÃO CAETANO DO SUL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

Lia Fernanda da SILVA

O presente trabalho é parte da pesquisa em andamento sobre ensino de História Local na formação de professores da educação municipal de São Caetano do Sul.

A partir da problematização da historiografia oficial e da obrigatoriedade do ensino de História de São Caetano do Sul no Currículo Municipal, o corpo docente da rede trouxe alguns questionamentos sobre a falta de materiais e referenciais para o ensino de História de São Caetano do Sul.

Segundo Martins (1992), São Caetano do Sul adotou a italianidade como origem da formação social e cultural, contribuindo para um apagamento histórico e para a cristalização de uma narrativa única e, discursivamente, triunfante sobre trabalho e progresso.

Portanto, foi pensando no como ensinar História de São Caetano do Sul, numa abordagem pluriétnica, que o curso de História Local ministrado no CECAPÉ - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação - Zilda Arns, trouxe o diálogo entre História e ensino de História Local intencionando uma aprendizagem que promova uma consciência histórica crítica que reflita sobre as interações pluriculturais do local, através de fontes e da fundamentação teórica existente no debate histórico sobre as narrativas que compõem a formação histórica local.

Formar os docentes da rede municipal de educação para o ensino de História Local através da concepção de ensino de História prevista no Currículo Municipal.

Partindo dos questionamentos levantados e com a ementa do curso pronta, iniciou-se o curso no CECAPÉ com os professores polivalentes e de outros componentes em Humanidades. As aulas presenciais são divididas entre teoria e prática, as atividades de leitura e escrita são realizadas na sala de aula virtual, trazendo conceitos que dialogam com o eixo História Local.

A intencionalidade do curso está em ampliar o repertório historiográfico com fontes, documentos e narrativas da cidade para os docentes construírem materiais para o ensino de História Local e trazer outras abordagens como o estudo de histórias e memórias locais.

Espera-se ao final desta pesquisa conhecer as contribuições da História Local na aprendizagem histórica dos estudantes da rede municipal de educação.

Palavras-chave: Formação de professores; São Caetano do Sul; Ensino de história; História local.

A INSURGÊNCIA DE PROCESSOS DE AUTODETERMINAÇÃO E ETNOGÊNESE A PARTIR DE RELEITURAS DO PERTENCIMENTO ÉTNICO.

Silvia Regina Monice GARCIA

Povos indígenas urbanos traçam novas rotas de identificação étnica e desconstroem o velho padrão etnográfico que almeja definir quem é, quem pode ser e quem nunca será. Entender a cultura enquanto dinâmica contribui na releitura acerca do pertencimento étnico. Urge desafiarmos conceitos consolidados da ciência eurocêntrica e desconstruir mitos colonialistas acerca de aldeamentos, isolamentos e pertencimentos étnicos.

O estudo apresentado desafia os velhos padrões da etnografia propondo a interseccionalidade entre a questão antropológica, a historicidade e a geograficidade de cada povo. Essa via permite a ruptura com a falsa ideia colonialista de nacionalidade, forjada no apagamento de outras culturas e pertencimentos.

Sem, contudo, apagar ou invisibilizar as raízes ancestrais primárias que, na alquimia sociocultural, são berço e forja das atuais sociedades pluriversas e multiétnicas que compõem o território nacional contemporâneo, é fundamental para compreender os processos de autodeterminação e etnogênese que ocorrem atualmente em todo o território. Lutar por direitos e território formam o amalgama do que seja a luta indígena no país.

Palavras-chave: Etnogênese; Autodeterminação; Nacionalidade; Guaianá-Muiramomi; Apagamento.

A RELEVÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL DA CTBC PARA O GRANDE ABC E A PRESERVAÇÃO DE SEU ACERVO HISTÓRICO.

Álvaro José de BRITO

Quando de sua fundação, a Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC) representava a esperança da Região do Grande ABC ser atendida por um serviço telefônico de acordo com suas necessidades sociais e econômicas. Para uma população que beirava os 70.000 habitantes, a CTB (Companhia Telefônica Brasileira), operadora da época, oferecia pouco mais de 1.500 linhas telefônicas. Estas funcionavam num sistema arcaico, que obrigava o assinante a pedir a conexão via telefonista. Difícil para os moradores, pior ainda para empresas, especialmente do campo industrial, que se instalavam ou planejavam se instalar por aqui, naquele período. O surgimento da CTBC realizou o sonho de seus fundadores, empreendedores da região, de implementar um serviço moderno, amplo e capacitado para atender a demanda que se apresentava.

A ideia surgiu no Rotary Club de Santo André, e foi realizada pelos alguns de seus membros, Oliver Tognato, Vicente Martins Junior, Jorge Beretta e Ângelo Pellegrino. A eles se juntou o especialista em telefonia Carlos Reis Filho. Em 30 de agosto de 1958, a empresa entrou em operação com 7.600 terminais, e a mais moderna tecnologia disponível à época, que permitia ligações diretas automáticas locais e de longa distância.

Bem estruturada e eficiente, a CTBC se tornou referência para o setor de telecomunicações do país. A partir dessa época, a CTBC ofereceu estrutura robusta de telecomunicações para a região, no período em que os municípios viviam seu período de maior desenvolvimento social e econômico. A empresa passou para a gestão estatal em 1973. Fase em que manteve serviços de primeira linha e sempre esteve entre as mais bem classificadas nos rankings de qualidade do Sistema Telebrás. Nos anos 80 e 90 implantou de maneira pioneira centrais computadorizadas, redes de fibra óptica e diversificou os serviços oferecidos. Foi vendida ao Grupo Telefônica durante do processo de privatização do Sistema Telebrás.

Sua trajetória produziu um acervo histórico relevante, que era exposto em museu próprio, no seu edifício sede. Havia agenda de visitantes repleta, especialmente estudantes da Região do Grande ABC. Após a privatização, o Grupo Telefônica tomou posse desse acervo. São centenas de fotografias, aparelhos antigos, materiais de rede e de centrais. De acordo com informações da própria Telefônica, estão guardados em instalações da empresa, na capital. Em manifestação oficial, a empresa afirma ter planos de construir um museu da telefonia do estado de São Paulo, com materiais históricos da CTBC e da Telesp. Minha apresentação pretende propor iniciativa de implementar projetos de memória empresarial com o acervo CTBC, exclusivamente para o público da Região do Grande ABC. Iniciativas na forma de museu, exposições, livros ou áudio visual. Projetos para implementação em parceria com o próprio Grupo Telefônica.

Palavras-chave: Companhia Telefônica da Borda do Campo; Telefonia; História das telecomunicações; Sistema Telebrás.

AME: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA MEMÓRIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Hilda Breda ASSUMPÇÃO

A apresentação da Associação dos Amigos da Memória de São Bernardo do Campo (AME), realizada por Hilda Breda nas Sessões de Comunicação do 16º Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC, teve como objetivo expor a trajetória, os projetos e as ações desenvolvidas pela entidade ao longo de seus dez anos de atuação. Por meio da exibição de imagens acompanhadas de contextualização explicativa, foram destacados os principais eixos de trabalho da associação, centrados na preservação, coleta e divulgação da memória local, bem como na colaboração com o Centro de Memória de São Bernardo do Campo.

Entre as iniciativas apresentadas, evidenciaram-se o resgate das celebrações da Emancipação Político-Administrativa do município, em parceria com o poder público; a indicação de antigos moradores para a constituição do banco de história oral; a manutenção da coluna semanal “AME Memórias” no jornal *Folha do ABC*; e a criação do Troféu “Guardiões da Memória”, destinado a reconhecer memorialistas da cidade. Também foram destacadas ações educativas, como visitas a escolas para incentivar estudantes a registrarem memórias familiares, além de parcerias institucionais, como a realizada com a ACISBEC para a produção de vídeo comemorativo de seus 80 anos.

A apresentação contemplou ainda a participação da AME em encontros regionais de memorialistas, a organização de evento semelhante em São Bernardo do Campo, a celebração dos 70 anos da Praça Lauro Gomes, bem como as homenagens recebidas pela entidade. Conclui-se que a atuação da AME configura-se como relevante instrumento de valorização da memória coletiva e de fortalecimento da identidade histórica regional.

Palavras-chave: Associação dos Amigos da Memória de São Bernardo do Campo; Memória coletiva; Identidade histórica regional; Preservação da memória.

Sessão 2 – 06/11/2025 – 14h

ARQUITETURA HOSTIL NOS MUNICÍPIOS DO ABC PAULISTA: DAS MATERIALIDADES À POLÍTICA URBANA

Giovanna Sousa PASSOS

A arquitetura hostil, como expressão concreta de uma política urbana seletiva, representa um fenômeno crescente nos centros urbanos. A pesquisa se justifica pela urgência de compreender tais práticas como parte de uma dinâmica mais ampla de segregação socioespacial. O objetivo geral é investigar como essas intervenções reforçam modelos de cidade excludentes, repelindo populações marginalizadas por meio de dispositivos físicos e simbólicos.

O estudo se apoia em autores como Milton Santos (direito e espaço), Foucault (biopoder), Mbembe (necropolítica), Bourdieu (violência simbólica), além das críticas ao *city marketing* feitas por Ribeiro e Sánchez. A metodologia envolveu análise de documentos legais (Estatuto da Cidade, planos diretores e Lei Padre Júlio Lancellotti), dados do CadÚnico (2020–2023), reportagens e registros visuais. Foram produzidos quadros comparativos e estudos de caso visuais para evidenciar como essas práticas se manifestam fisicamente no espaço urbano.

A análise evidencia que a arquitetura hostil resulta de uma lógica urbana excludente que invisibiliza pessoas em situação de rua. Nos planos diretores, observa-se desde o silêncio total sobre o tema, como em Santo André, até abordagens assistencialistas e disciplinadoras, como em Rio Grande da Serra. São Bernardo reduz o debate a emergências climáticas sob o slogan “Cidade Pra Frente”, enquanto São Caetano adota a ideia de um “cidadão ideal” voltado ao consumo. Diadema e Mauá apresentam discursos de inclusão pouco efetivos, e Ribeirão Pires reforça o caráter seletivo com o lema “Cidade do Futuro”. Elementos físicos como pedras, bancos com divisórias e estruturas pontiagudas evidenciam práticas de exclusão legitimadas pelo poder público.

A arquitetura hostil no ABC Paulista expressa uma política urbana excludente que normaliza a segregação por meio da forma urbana. A ausência de regulamentação da Lei Padre Júlio Lancellotti reforça essa exclusão. A pesquisa visa ampliar o debate sobre o direito à cidade, incentivar a efetiva aplicação da legislação e fortalecer práticas urbanas mais inclusivas. Como desdobramento futuro, propõe-se ouvir gestores públicos e, principalmente, pessoas em situação de rua, incorporando suas percepções na construção de cidades mais justas e democráticas.

Palavras-chave: Arquitetura hostil; Política urbana; ABCD Paulista; Urbanização inclusiva.

ARQUIVO HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO DO ABC: MEMÓRIA, METODOLOGIA E AÇÃO COMUNITÁRIA

Elizabeth Cristina Müller CAMATTA

Gabrieli Hernandes Pereira de OLIVEIRA

Criado em 2017, o Arquivo Histórico-Cultural da Região do ABC é um projeto de extensão universitária da Universidade Federal do ABC e o Centro Cultural Alpharrabio. Seu objetivo central é preservar, digitalizar e divulgar o acervo “ABCs Núcleo de Referência e Memória”, uma coleção viva gestada ao longo de quatro décadas pela poeta, editora e ativista cultural Dalila Teles Veras.

A importância do projeto é inextricável na trajetória de sua guardiã. Nascida em Funchal, Portugal, em 1946, e radicada em Santo André, Dalila é uma figura central na cultura do ABC Paulista. Sua atuação pioneira começou nos anos 1980 com a fundação do Grupo Livrespaço de Poesia (1982-1993), coletivo que promoveu oficinas, recitais e a circulação da Revista Livrespaço — premiada pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) em 1993 —, infiltrando a poesia nas escolas e movimentos sociais da região. Em 1992, respondendo ao desmonte dos espaços culturais públicos em Santo André, Dalila fundou o Centro Cultural Alpharrabio, que se consolidou como um ponto de encontro cultural. Sob sua direção, o Alpharrabio publicou quase 200 títulos de autores regionais e tornou-se espaço vital de resistência e produção coletiva, abrigando desde 2007 o Fórum Permanente de Debates Culturais do Grande ABC.

Dessa atuação incansável nasceu um acervo único que documenta a efervescência cultural e política do ABC. Este repositório — composto por atas, cartas, recortes de imprensa sobre as grandes greves operárias, documentação de movimentos culturais e centenas de publicações locais — é um artefato de resistência que desafia invisibilidades e subalternidades (SPIVAK, 2010), materializando a memória de um território plural. Reconhecida por sua contribuição, Dalila recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela UFABC em 2019 e foi recentemente homenageada na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) em 2025.

Nesse sentido, o Arquivo transcende a técnica arquivística para se constituir como uma ação política e metodológica inserida no campo da História do Tempo Presente (DELACROIX, 2018). Ao tomar a trajetória de Dalila como eixo central, o projeto menciona as complexidades inerentes à escrita da história, revelando como sujeitos históricos constroem narrativas que espelham coletividades e demandam novos modos de preservação. A iniciativa, de caráter intergeracional, alia história oral, digitalização e tecnologias abertas (WordPress e Tainacan) não apenas para salvaguardar o passado, mas para ativar sua reinterpretação crítica no presente, refletindo sobre como figuras como Dalila transformam a própria prática historiográfica (CERTEAU, 1982). Este relato descreve as estratégias, desafios e resultados desse processo.

Palavras-chave: Memória comunitária; História do tempo presente; Dalila Teles Veras; História das mulheres; Arquivo Histórico Cultural.

AS NASCENTES DE PARANAPIACABA E OS INGLESES

Ivan Augusto PEREIRA

A exibição do documentário: “As Nascentes de Paranapiacaba e os ingleses” de Ivan Augusto, e conversa com o diretor. O filme é um registro histórico sobre a implantação, pelos ingleses, do sistema de abastecimento de água da Vila de Paranapiacaba, o qual atendia a cidade e a ferrovia. Um sistema revolucionário que serviu de modelo para a implantação no país todo.

Eles aproveitaram as nascentes no alto do morro e construíram caixas de água e depois as interligaram por canos ou canaletas. Isso aconteceu entre 1862 e 1920. Várias caixas estão desativadas, outras escondidas na mata e algumas sem registro ou localização atual.

Mostramos, via fotos, imagens e depoimentos, a importância desse sistema, a revolução que ele causou ao abastecimento de água potável e, também a importância que ele teve no transporte ferroviário. Um dos fatores que levou à implantação da ferrovia naquela região foi a abundância de água, a qual era vital para a refrigeração e movimentação das máquinas a vapor.

A produção do documentário tem consciência de que este trabalho não pode ficar restrito a um grupo ou a um pequeno espaço geográfico. É preciso que as pessoas tomem contato com esse sistema de abastecimento, o qual precisa ser preservado e sua história ser contada em livros, filmes e outros registros. Para não se perder no tempo.

O filme pode desencadear uma série de discussões, estudos e visitas monitoradas aos locais. Produzir novos documentos, descobertas, relatórios, imagens e, também pesquisas por parte de estudantes, frequentadores da Vila, funcionários e outros. Os depoimentos dos moradores antigos e ex-funcionários são impactantes, pelo contexto histórico e sua relação com a Vila.

O objetivo é gerar outros estudos e registros em diversas plataformas sobre aquela região e a chegada dos ingleses e sua contribuição na história da região; conseguir que as pessoas alcancem um grau de consciência sobre a importância histórica, ecológica e estratégica daquela pequena vila.

O roteiro foi construído a partir das descobertas, mapeamento e entrevistas realizadas com antigos moradores e funcionários aposentados da rede ferroviária. Não podemos deixar de lado a contribuição dos funcionários da PMSA, do Departamento de Patrimônio, entrevistados, do museu de Santo André e documentos históricos, pesquisa em jornais e revistas, além de outras fontes.

Mas a grande parcela da população só terá acesso aos locais das filmagens somente através do filme por existir uma série de protocolos e restrições para visitá-los. É uma área de preservação ambiental.

Palavras-chave: Abastecimento de água; Nascentes de Paranapiacaba; Vila de Paranapiacaba; Preservação da memória; Preservação ambiental.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA CASA DO NATURALISTA DA RESERVA BIOLÓGICA DO ALTO DA SERRA DE PARANAPIACABA

Mauricio Tintori PIQUEIRA

O presente artigo aborda aspectos históricos da Casa do Naturalista da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba. Tombada recentemente como Patrimônio Cultural do município de Santo André pelo COMDEPHAAPASA (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André), conjuntamente com a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba, a edificação foi inaugurada em 1939, com o objetivo de servir como local de pesquisas e hospedagem dos cientistas que visitavam estação biológica.

Inicialmente conhecida como Parque Cajuru e que durante vários anos foi denominada de Estação Biológica do Alto da Serra, a REBIO foi a primeira estação biológica da América do Sul, sendo um espaço reservado apenas para pesquisas científicas. Fundada pelo zoólogo alemão e ex-diretor do Museu Paulista, Hermann von Inhering, em 1909, a Estação Biológica do Alto da Serra contou desde o início com um espaço reservado para pesquisas iniciais e hospedagem de cientistas de várias partes do mundo, pois no mesmo ano de criação da reserva foi construída a primeira Casa do Naturalista, aproveitando materiais de um stand utilizado pelo Museu Paulista em uma exposição científica realizada no Rio de Janeiro. Anos depois, devido à má preservação da primeira casa e a necessidade dos cientistas utilizarem um imóvel mais bem equipado, foi construída uma segunda Casa do Naturalista, na realidade um projeto de iniciativa do então diretor do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, que demorou alguns anos para ser executado devido à falta de recursos públicos para a sua construção. Além de sua importância para o desenvolvimento de pesquisas científicas, o imóvel destaca-se pela sua arquitetura, inspirada no estilo vitoriano das edificações de madeira da Vila de Paranapiacaba.

O artigo é dividido nas seguintes partes: as origens da Estação Biológica do Alto da Serra e a construção da primeira Casa do Naturalista e, em seguida a atuação de Frederico Carlos Hoehne na construção da segunda Casa do Naturalista, abordando as dificuldades existentes para a concretização do projeto e a necessidade de Hoehne fazer articulações políticas para convencer os gestores públicos sobre a importância da existência de uma casa do naturalista que recebesse adequadamente cientistas e pesquisadores de todo mundo para a realização de seus trabalhos e, por fim, um breve histórico da utilização do espaço para as pesquisas científicas, destacando assim a importância de seu tombamento como um instrumento para de valorização da atividade científica voltada para a preservação ambiental.

Palavras-chave: Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba; Casa do Naturalista; Preservação ambiental.

O CURANDEIRO VICENTE: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM APAGAMENTO NA HISTÓRIA REGIONAL

Renato Alencar DOTTA

Caboclo, “bugre”, de origem indígena, Vicente Rodrigues Vieira se notabilizou como curandeiro. Vindo do antigo município de Santo Amaro, Vieira chegou às imediações da estação ferroviária de São Caetano, município de São Bernardo (que englobava todo o atual ABC Paulista), entre 1906 e 1909. Portador de longas barbas e vestes sóbrias, “São” Vicente, “Pai” Vicente, ou simplesmente, o Curandeiro Vicente, atraiu gente de muito longe para os arrabaldes próximos da capital paulista, e deixou marcas profundas na localidade, tendo inclusive possivelmente influenciado no trajeto de uma linha de bonde local.

Admirado por muitos, sobretudo por pessoas humildes (mas não só) desprovidas de qualquer tipo de assistência médica, psicológica ou social e combatido por outros tantos (principalmente setores da Igreja Católica e da imprensa), Vicente, no ano do centenário de seu nascimento, ainda deixa controvérsias.

Para além da importância do seu legado, não há consenso sobre a localização de sua residência e local de atendimento, no Bairro Santa Maria. Além disso, seu filho Bento Rodrigues Vieira, que também atendia e chegou a construir uma capela para isso, também foi importante personalidade no bairro. Esses acontecimentos têm como pano de fundo o processo de industrialização e urbanização brasileiros, os quais tiveram o ABC como um dos palcos centrais.

Palavras-chave: Curandeiro Vicente; Preservação da memória; ABCD Paulista; Apagamento.

ESTRADA DO CURANDEIRO: MUDANÇA DE NOME E APAGAMENTO DE MEMÓRIA

Virgílio ANTIQUEIRA

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os temas Toponímia, Memória e Urbanidade em relação ao topônimo Estrada do Curandeiro, localizado no início do século XX na cidade de São Caetano do Sul, município da Região Metropolitana do Estado de São Paulo (RMSP), considerando, para esse fim, tanto perspectivas sincrônicas quanto diacrônicas, devido à inexistência do topônimo citado e/ou do antropônimo que o motivou em registros atuais, embora haja apontamentos em mapas históricos, documentos oficiais, jornais e relatos de época.

A proposta é discutir possíveis motivos da não manutenção do nome em questão e tratar acerca deste sequer ser fruto de homenagem toponímica posterior, mesmo com redesenho urbanístico do bairro ocorrido na primeira metade do século XX, tendo como ponto de partida para a análise a Toponímia Crítica devido ao fato de questões religiosas e ideológicas envolvidas na não-manutenção ou na não-nomeação por homenagem.

Para tanto, um ponto é tratar da biografia de Vicente Rodrigues Vieira, o Curandeiro, olhar para a história local e de um dos bairros da cidade, o bairro Santa Maria, a fim de mostrar, inclusive, a localização geográfica do local onde vivia Vicente, observar os mapas e demais registros antigos que apresentam o nome da Estrada do Curandeiro e, após isso e tendo como base a Toponímia Crítica, fazer uma relação da ausência do nome com a memória toponímica e com o apagamento do topônimo-monumento. A partir da análise de mapas e registros em livros, revistas e jornais, pretende-se associar a não homenagem com questões religiosas, político-ideológicas.

Palavras-chave: Estrada do Curandeiro; Bairro Santa Maria; Toponímia crítica; Memória toponímica; Urbanidade; Topônimo-monumento.

ESVAZIAMENTO INDUSTRIAL, FINANCEIRIZAÇÃO E INSUSTENTABILIDADE NO GRANDE ABC PAULISTA À LUZ DAS *SHRINKING CITIES*.

Gisele YAMAUCHI

Esta pesquisa objetivou averiguar e analisar quais tipos de encolhimento ocorrem na Região do Grande ABC sob a perspectiva das *shrinking cities* decorrentes da globalização e da reestruturação industrial nos últimos trinta anos. O fenômeno das *shrinking cities* é abordado pela ótica dos países centrais do norte global, sendo um debate incipiente, com pouca participação de exemplos e apontamentos das características específicas de países periféricos do sul global capitalista, como o Brasil.

Nesse contexto, a pesquisa busca responder às seguintes questões: Quais são os tipos de encolhimento que ocorrem na Região do Grande ABC no sul global? Há efeitos nos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável? Em que medida a troca das funções produção para estoque produz os tipos de encolhimento? A metodologia da pesquisa compreende três etapas: a) levantamento bibliográfico e de dados, resgatando os marcos do debate sobre o fenômeno das *shrinking cities* e temas relacionados; b) estudo de campo regional para aferir a mudança de centralidade econômica em 12 rotas de mobilidade selecionadas da Região; c) a pesquisa de campo internacional na *École Normale Supérieure* de Paris, sob a coorientação da Professora Doutora Emmanuèle Cunningham-Sabot, para identificação e análise das ações do *Institut Paris Région*, nas transformações na Região Metropolitana de Paris, na França.

A pesquisa de campo evidenciou uma nova face da financeirização, vinculada ao mercado acionário e imobiliário, no território urbano nos 12 eixos de mobilidade da Região do Grande ABC – como uma medida resultante da desindustrialização e reestruturação produtiva. Ao mesmo tempo, esse mecanismo financeiro também ocorre na Região da Île de France, mas que não exerce maior força em virtude do planejamento estratégico econômico, urbano e ambiental policentrista ter a sua tradição, tutela e prática sob proteção do Estado francês em suas diversas escalas. Essa pesquisa mostra as diferenças entre os dois casos com características distintas: no norte global há a interação de redes e polos de desenvolvimento policentrista; e, no Sul, há relações hierárquicas de centro-periferia e fragmentação territorial e deterioração das relações entre os atores sociais. Nota-se, com grande preocupação, que o encolhimento econômico acentua o processo de financeirização territorial pela produção imobiliária e de consumo com empresas listadas na bolsa de valores em São Paulo – Brasil, na B3. Ademais, os dados demográficos mostram um crescimento populacional, porém ocorre os encolhimentos na renda familiar, nas taxas de natalidade e fertilidade que, inclusive, possuem grande potencial de comprometer à longo prazo com a atratividade do lugar nos investimentos. Assim, acentuando a desigualdade socioeconômica, podendo promover movimentos migratórios internos no país e no desenvolvimento tecnológico, colocando em risco os novos projetos que estão sendo incubados em prol do redesenvolvimento da Região do Grande ABC.

Palavras-chave: *Shrinking cities*; Desenvolvimento urbano; Desenvolvimento econômico; ABCD Paulista.

Sessão 3 – 07/11/2025 – 09h

HISTÓRIA REGIONAL COMO MATÉRIA DE DRAMATURGIA

Luís Alberto de ABREU

Desde seu início, na Grécia, o teatro ocidental esteve ligado aos mitos, lendas e, também à História. Tanto a arte quanto a ciência ou a história partilhavam a mesma origem como filhos de Mnemósine, a deusa da memória, dos fatos acontecidos. No Renascimento, essa relação se aprofundou.

No teatro, Shakespeare, por exemplo, tomou como base para sua dramaturgia personagens e fatos históricos. Não reproduziu acontecimentos e personagens reais, mas evocou-os para dar-lhes novos significados éticos e filosóficos. Basicamente, esta tem sido a relação que as linguagens artísticas travam com os fatos históricos: recriar no presente acontecimentos passados, levantar suas contradições e, principalmente, cogitar possibilidades além dos fatos acontecidos.

O teatro acostumou-se a beber da História e essa relação tem-se aprofundado cada vez mais no mundo contemporâneo. Proponho com essa comunicação suscitar reflexões acerca da interação entre a história do ABC paulista e as linguagens artísticas, a partir de textos teatrais desenvolvidos por mim, tais como “Bella Ciao” (1982), “Cala Boca já morreu” (1981), “Nosso Cinema” (1992) – sobre o cineteatro Carlos Gomes, “Nossa Cidade” (2000) – sobre a história de Santo André, “Ópera Terra Pilar” (2005), entre outros que beberam em acontecimentos ocorridos na região. A História é um rico manancial para as linguagens artísticas e reconhecer a memória regional como material criativo é não só uma forma de reinterpretar os acontecimentos passados, mas também promover conhecimento e coesão cultural.

Palavras-chave: Teatro; ABCD Paulista; Linguagens artísticas; Memória regional; História regional.

JOGO DA MEMÓRIA DA MEMÓRIA DE MAUÁ

Thiago da Silva ALMEIDA

O projeto “Jogo da Memória da Memória de Mauá” foi desenvolvido com o objetivo de aproximar as crianças da história e da cultura da cidade de Mauá de forma lúdica e interativa. A atividade utiliza o tradicional jogo da memória como ferramenta pedagógica, trazendo em suas cartas imagens de pontos turísticos, patrimônios históricos e referências culturais que marcam a identidade do município.

Mais do que uma brincadeira, o jogo se transforma em uma experiência educativa, despertando a curiosidade das crianças e estimulando o aprendizado sobre o lugar onde vivem. Ao virar cada carta, os pequenos não apenas exercitam a memória e a atenção, mas também descobrem e reconhecem aspectos importantes da cidade, fortalecendo vínculos afetivos com sua história e valorizando a preservação do patrimônio cultural.

Esse recurso criativo alia diversão e conhecimento, tornando-se uma estratégia inovadora de educação patrimonial e de construção de identidade cidadã desde a infância.

Palavras-chave: Mauá (SP); Preservação da memória; Patrimônio cultural; Atividade pedagógica; Educação infantil.

MAUÁ EM TRANSFORMAÇÃO: O PAPEL DOS MOVIMENTOS POPULARES NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE MAUÁ-SP (1950-1980)

Jayne Nunes dos SANTOS

A cidade de Mauá está localizada na região sudeste da metrópole de São Paulo e possui 418.261 habitantes (IBGE, 2022), com uma área de 61.937 km². Parte da chamada Região do Grande ABC, composta também pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, tem sua história e desenvolvimento diretamente ligado a estas cidades.

A partir de 1950, com a progressiva instalação do parque industrial na Região do Grande ABC, em especial a indústria automobilística, e a construção das rodovias durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-196), a dinâmica do território metropolitano altera-se significativamente. É neste período também, em 1954, que é instalada a Refinaria de Petróleo de Capuava (RECAP), em Mauá. Como consequência, tanto da instalação das indústrias automobilísticas quanto da refinaria de Capuava, as cidades da região começam a atrair indústrias menores ligadas a essas áreas, como empresas de autopeças e indústrias químicas. Em paralelo, o centro da cidade de São Paulo passava por um processo intenso de verticalização e as margens da cidade eram constantemente alargadas, com a instalação de novos loteamentos.

Nesse contexto, não é surpresa observar o crescimento acentuado da população e da abertura de novos loteamentos entre as décadas de 1950 e 1970 na cidade de Mauá – e coincidente ainda com o período de expansão da mancha metropolitana em geral, como mostra a bibliografia especializada - durante um período de intensificação da industrialização.

Nesse momento de crescimento descontrolado, diversos problemas surgem, como a falta de infraestrutura e de serviços básicos. A resposta lenta do Estado à crescente demanda por serviços públicos mobiliza a população em busca de melhorias. Essa organização começa inicialmente, dentro das igrejas católicas e irá culminar na fundação das associações de amigos do bairro, que por meio de ações conjuntas, obtiveram diversos avanços. As atividades dessas associações, no entanto, seriam momentaneamente interrompidas pelo golpe de 1964, que força o seu fechamento. Nesse cenário, surgem então as associações das donas de casa, que passam a se organizar através de reuniões em suas próprias casas, avançando na cobrança por melhorias, além de contribuir para as grandes greves do ABC e para a luta contra a ditadura militar.

O objetivo foi analisar o papel dos moradores e das moradoras da cidade de Mauá, na construção e desenvolvimento da cidade e da região, considerando o contexto da região e do país naquele período, buscando entender de que modo a ação popular influenciou na formação e no crescimento da cidade. Para isso, utilizou-se dados do IBGE, bibliografia específica sobre a cidade, a Região do Grande ABC e a metrópole paulista, bem como entrevistas e relatos dos próprios moradores e moradoras, parte ativa na construção da cidade.

Palavras-chave: Mauá (SP); História da cidade; Metropolização; Desenvolvimento urbano.

MAUÁ POLO DE RESISTÊNCIAS À DITADURA MILITAR

Raquel QUINTINO

Angelina FÉLIX

Este artigo analisa a cidade de Mauá como polo de resistência à Ditadura Militar, com base nos registros da Comissão Municipal da Verdade e do Observatório Regional de Políticas Públicas entre 2013–2015. As experiências reforçam as práticas de memória e letramento democrático como essenciais para elaborar as violências do passado autoritário e ressignificar as práticas democráticas de interesse popular. Maria Glória Gohn, Milton Santos e Sandra Portuense subsidiam a análise teórica dos relatos da CMV do Observatório, apontando a relevância dos processos históricos vividos e revividos em Mauá para o enfrentamento das forças antidemocráticas presentes em nossa sociedade.

O golpe civil-militar ocorrido em 1964, conduziu o país a um revés em seu processo de desenvolvimento sociocultural e político. O período entre 1964-1988 foi marcado por graves violações aos direitos humanos de um lado e, por outro, por um forte movimento de combate à ditadura (GOHN, 2014).

O ABC paulista foi território de concentração de um forte movimento de combate e perseguição política. A cidade de Mauá reuniu pessoas e organizações que ousaram enfrentar o regime autoritário. Integrantes da Ação Popular, acolheram no Jardim Zaíra o sociólogo Herbert de Souza (conhecido como Betinho), muitos munícipes também lutaram com a mesma bravura, suas histórias passaram a ser resgatadas, registradas e difundidas (DOTTA, 2004; PORTUENSE, 2013).

Com os 50 anos do golpe militar em 2014, é instaurada a Comissão Nacional da Verdade, em sua versão local a Comissão Municipal da Verdade, realiza uma série de audiências públicas para coletar relatos de testemunhas e vítimas do regime militar.

Neste mesmo período o Observatório Regional de Políticas Públicas, vinculado ao curso de Serviço Social da Faculdade de Mauá, realizou em parceria com sindicatos da região, atividades de resgate da memória e resistência à ditadura (MAUÁ: histórias de luta, 2016).

Uma década depois, a percepção sobre a importância do letramento democrático, do resgate das estratégias de resistência e da memória das violências, violações, perseguições, torturas, assassinatos, chacinas e genocídios praticados pelo Estado, torna-se premente.

Mesmo com o fim da ditadura, a repressão econômica e a militar continuam presentes e impunes nos territórios periféricos. Resistir ao negacionismo histórico, alimenta a inovação das práticas acadêmicas, parlamentares, comunicativas e culturais.

A atuação da CMV, do Observatório e do Congresso de História, são fundamentais para evidenciar as práticas de valorização da memória, letramento democrático e resistência territorial, relacionando a história local com o processo nacional e internacional de defesa dos direitos democráticos.

Palavras-chave: Memórias de resistência; Ditadura militar; Lutas sociais; Letramento democrático; Preservação da memória; ABCD Paulista.

DIADEMA LTDA: LIMITADA DE IDEIAS, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PELA INCOMPETÊNCIA

Wagner de Santana LIMA

A obra *Diadema LTDA: limitada de ideias, políticas públicas e pela incompetência* – Livro 1 (Editora Dáblío) apresenta uma análise crítica e histórica sobre o município de Diadema. Com base em pesquisa, memória e análise, este livro foi idealizado com o propósito de disseminar e colocar ao alcance da população diademense e ao público interessado a história da nossa cidade, trazendo para o centro do debate a formação e a constituição histórica, política, econômica e social de Diadema como município, além de apontar os fatores que limitam que, a cidade que tanto amamos, tenha uma saúde pública mais eficiente, educação de qualidade, espaços e equipamentos de cultura esporte e lazer, saneamento básico, enfim, um desenvolvimento econômico e social sustentável.

O livro parte da constatação de que Diadema é uma cidade de grandes conquistas, mas também de graves contradições. Por um lado, a obra relembra políticas públicas pioneiras que, em diferentes momentos, colocaram o município em posição de vanguarda nacional e internacional, tornando-se referência em áreas como saúde, políticas sociais e participação comunitária. Algumas dessas iniciativas permaneceram como legado; outras, embora exitosas por certo tempo, esgotaram sua eficácia diante das transformações sociais, econômicas e demográficas; e houve ainda aquelas que, pela má gestão ou pela simples incompetência de quem as conduziu, foram descontinuadas, deixando um rastro de frustração coletiva. Esses temas são apresentados não apenas como falhas administrativas, mas como reflexo de um processo histórico que revela as contradições de uma cidade ao mesmo tempo promissora e limitada.

No penúltimo capítulo, a publicação expande o debate para um dos temas mais urgentes e estratégicos não apenas para Diadema, mas para todo o Grande ABC e a Região Metropolitana de São Paulo: o conflito ambiental nas áreas de mananciais e a degradação da Represa Billings. Essa reflexão, que se articula diretamente com o tema do 16º Congresso de História e Estudos Regionais do Grande ABC, revela como o crescimento urbano desordenado, as pressões econômicas e a ausência de uma gestão ambiental integrada colocaram em risco um dos principais patrimônios naturais da região. A Represa Billings, fundamental para o abastecimento de água e equilíbrio ambiental, tornou-se palco de tensões entre desenvolvimento urbano, preservação ambiental e interesses políticos e econômicos.

Assim, “*Diadema LTDA – Livro 1*” não é apenas um livro sobre a história de uma cidade, mas um convite ao debate sobre o futuro de um território que concentra potencialidades, mas também enfrenta severas restrições. É uma obra que combina memória, crítica e engajamento, reafirmando o amor pela cidade e, ao mesmo tempo, exigindo dela mais do que já foi realizado: a busca por um desenvolvimento sustentável, inclusivo e digno para sua população.

Palavras-chave: Diadema (SP); Desenvolvimento urbano; Políticas públicas; Preservação ambiental; Represa Billings; História da cidade.

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE MAUÁ: ONDE ESTAVAM AS MULHERES?

Daniele Alves da SILVA

Cecília Maria Auxiliadora Bedeschi CAMARGO

Falar de mulheres que atuaram nos processos emancipatórios do Grande ABC é como se debruçar sobre um grande quebra-cabeças. A invisibilização das mulheres, em especial na primeira metade do século XX, prejudica em demasia as pesquisas relacionadas. Porém, ao levantarmos algumas pedras para descobrir o que havia sob elas, conseguimos traçar uma linha do tempo com personalidades e acontecimentos, mesmo que, nos documentos históricos, apenas os homens tivessem o direito de estabelecer suas narrativas para as gerações futuras.

Algumas poucas mulheres conseguiram sair do anonimato e serem autoras de suas próprias histórias. Dito isso, iremos nos debruçar sobre uma personagem significativa, porém, invisibilizada, Gerty Fink, esposa de Edmund Fink, um dos pilares da emancipação de Mauá.

Gerty Fink, era filha de Othoniel Motta e Rosalina de Barros Motta (esta, filha do Senador Antonio Paes de Barros e Maria Paes de Barros, primeira mulher a ingressar como membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). Dessa forma, já nasceu com uma ascendência que protagonizava a presença das mulheres em uma sociedade patriarcal.

Mesmo estando centrada em princípios patriarcais, algumas mulheres, acreditavam que, por meio da assistência social e da filantropia, poderiam contribuir de forma significativa para a melhoria da comunidade que estavam inseridas. Dessa forma, Gerty Fink, Lourdes Antico Tamagnini, Nathércia Perrella, Zeni Chiarotti, Irene Schilla, Terezinha Perrella, Leni Chiarotti e Lourdes Salgueiro, parente do Dr. Jales Salgueiro, participaram ativamente da criação da Cruzada Bandeirante Pró-Gestante e Infância Desamparadas, apoiadas por seus maridos, que participavam da Comissão Pró-Emancipação de Mauá. Ida Scilla Gianoni, Therezinha Ferreira Bressani, também participaram ativamente da Cruzada Bandeirante.

Outra mulher que se destacou, foi a redatora da coluna Mundo Feminino do jornal Folha de Mauá, Maria Aparecida Cintra Gama, que ofertou, segundo reportagem do jornal, o lançamento de um livreto “Cartas Para a Mulher”, em benefício da campanha Pró-Emancipação de Mauá.

Usando principalmente a imprensa da época, mas também outras evidências, como fotografias, além da bibliografia já existente, pretendemos fazer um mapeamento inicial sobre a presença feminina no processo de emancipação de Mauá.

Palavras-chave: Mauá (SP); Emancipação municipal; Mulheres na política.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA COLETIVA: O CASO DE PARANAPIACABA

Rafael Ramires Santos GASQUES

Cristiane dos Santos GASQUES

A Vila de Paranapiacaba, localizada em Santo André e integrada ao Grande ABC paulista, constitui um marco fundamental da história industrial brasileira. Projetada pela São Paulo Railway Company (SPR) a partir de meados do século XIX, teve como finalidade dar suporte logístico ao escoamento do café entre o interior paulista e o Porto de Santos. Para além de sua função técnica, Paranapiacaba tornou-se espaço de sociabilidade, trabalho e memória, representando um dos exemplos mais expressivos de vila operária planejada no Brasil.

A construção da ferrovia Santos Jundiaí, inaugurada em 1867, constituiu um empreendimento central para a economia cafeeira e para a industrialização do ABC. A SPR introduziu tecnologias inovadoras, como o sistema funicular para transpor a Serra do Mar, e ergueu edificações emblemáticas: oficinas de manutenção, residências operárias, armazéns e o relógio-torre, que se tornou ícone da vila. Esse patrimônio material expressa a presença britânica e a organização do trabalho ferroviário. Ao longo do século XX, com a nacionalização da ferrovia e as transformações do setor de transportes, Paranapiacaba passou a ser reconfigurada. Muitos prédios sofreram degradação, mas esforços de preservação resultaram na criação do Museu Ferroviário de Paranapiacaba e em políticas municipais e federais de tombamento. A inscrição da Vila na lista indicativa da UNESCO, bem como as iniciativas da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), reforçam o valor internacional do sítio. Entretanto, a patrimonialização não está isenta de tensões.

O turismo cultural, incentivado por festas e eventos, trouxe vitalidade econômica, mas também riscos de descaracterização. A memória dos trabalhadores ferroviários, por vezes, é silenciada em favor de narrativas centradas na engenharia britânica ou no apelo turístico. Assim, a vila torna-se campo de disputa simbólica, onde diferentes agentes Estado, comunidade local, associações de preservação negociam o significado do patrimônio industrial.

Conclui-se que Paranapiacaba constitui um laboratório privilegiado para refletir sobre a relação entre patrimônio industrial e memória coletiva no Brasil. Sua trajetória evidencia como infraestruturas produtivas podem ser ressignificadas em bens culturais, mantendo viva a memória de processos históricos centrais, como a industrialização e a organização do trabalho. Ao mesmo tempo, coloca em pauta desafios de preservação, gestão turística e valorização da experiência operária. O estudo de Paranapiacaba, portanto, ultrapassa o âmbito regional e se insere em debates globais sobre patrimônio industrial e identidade histórica.

Palavras-chave: Vila de Paranapiacaba (Santo André, SP); São Paulo Railway; Patrimônio industrial; Memória coletiva; Vila ferroviária; Preservação patrimonial.

Sessão 4 – 07/11/2025 – 14h

PERCEPÇÕES DOS GUARANI MBYA SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Roger MUNIZ

Esta pesquisa, realizada nas comunidades indígenas da Terra Indígena (TI) Tenondé Porã, situadas na zona rural do município de São Bernardo do Campo, visa compreender e abordar, de forma interdisciplinar, como os Guarani Mbya percebem e apropriam-se da educação escolar indígena específica e diferenciada, comunitária, bilíngue/multilíngue e intercultural.

O estudo parte do pressuposto de que o modo de vida guarani (nhandereko) configura uma educação própria, conduzida pelas comunidades conforme suas tradições. Assim, busca-se analisar as interlocuções dessas comunidades com a educação escolar indígena, observando as tensões e contribuições desse diálogo intercultural em seu modo de vida. A percepção guarani reflete, de forma crítica, a defesa de um modelo escolar mais íntegro que, além da leitura e escrita, fortaleça o seu nhandereko.

A metodologia baseada em pesquisa etnográfica e de revisão bibliográfica envolveu observação participante e entrevistas semiestruturadas nas aldeias Guyrapaju, Kuaray Rexakã e Pinheiro Ty, fundamentada na sociologia, na etnologia Guarani Mbya, na historiografia da educação escolar indígena e na Pedagogia Social. Os resultados apontam que os Guarani Mbya se apropriam criticamente da educação escolar indígena, buscando uma forma própria de educação baseada no nhandereko. O trabalho é composto por uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo, analisamos como os Guarani Mbya valorizam a educação tradicional (nhandereko). Demonstramos como a educação indígena atua na preservação das tradições ao se adaptar a novas circunstâncias e examinamos a relação da educação escolar com a sociedade dominante. O segundo capítulo contextualiza a trajetória histórica, descrevendo como no período colonial, a educação visava à assimilação dos indígenas à civilização cristã. Discorremos sobre a transição e implementação das políticas educacionais atuais, destacando o surgimento de ONGs indigenistas e na organização do movimento indígena como fatores decisivos no fortalecimento e defesa de seus direitos. No terceiro capítulo, exploramos a centralidade dos conceitos de teko e tekoa para o modo de vida Guarani e a preservação de seu território. Enfatizamos a importância cultural, social e econômica da terra para a sobrevivência do grupo, abordando a formação da Terra Indígena Tenondé Porã por famílias vindas do Paraná e descrevendo as aldeias em retomada situadas em São Bernardo do Campo. Por fim, no quarto capítulo, discutimos a ética na pesquisa com comunidades indígenas, que deve respeitar suas estruturas sociopolíticas e garantir o consentimento livre e esclarecido.

Concluímos mostrando como a educação comunitária indígena reflete a construção coletiva de conhecimentos e valores, estabelecendo um diálogo com o campo da Pedagogia Social. A pesquisa está vinculada ao Grupo de Pedagogia Social do PPGEAHC da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e apoiada pelo CNPq - Brasil (141650/2025-7).

Palavras-chave: Dialogicidade; Educação escolar indígena; Guarani Mbya; Interculturalidade; Pedagogia social.

PERIFERIA EM EXPANSÃO: A CASA DO HIP HOP DE DIADEMA E O MOVIMENTO HIP HOP

Letícia de Menezes GONSALVES

Este trabalho trata de lançar reflexões sobre a formação de sujeitos periféricos e do fortalecimento de uma identidade periférica, que extrapola a visão depreciada da cultura popular nesses territórios, para assim entender o lugar de periferia como o próprio campo de experimentações e práticas urbanas das mais variadas formas.

A partir da leitura da importância de um elemento central na discussão é escolhida a Casa do Hip Hop - localizada no município de Diadema - pelo motivo de ser um grande pólo de produção cultural e trabalho social com jovens de periferia que materializa discursos e intervenções voltados ao movimento Hip Hop. Mais do que resgatar a história da Casa do Hip Hop, o esforço desta pesquisa também se orienta por deixar um registro que contribua para a preservação da memória desse espaço, ainda pouco documentado. Trata-se, portanto, de reconhecer e valorizar as experiências, trajetórias e disputas que marcaram e ainda marcam a existência da Casa e dos sujeitos que a constroem cotidianamente.

A abordagem metodológica combina pesquisa documental, entrevistas com agentes culturais e análise urbana, articulando arquitetura e urbanismo como campos que transcendem a dimensão física para mediar relações sociais e expressões identitárias.

É nesse momento em que a Casa do Hip Hop pretende se estabelecer como a parte material imprescindível para a construção social e produção cultural da cidade. A intenção é de se criar uma narrativa que amarre o papel desta casa para a cidade, com os impactos gerados para esses sujeitos, que não somente são produtos culturais da casa, mas que também vivem o Hip Hop em seu cotidiano e denotam a importância de seus cinco elementos para formulação de uma identidade periférica. O trabalho ainda problematiza as tensões entre políticas públicas institucionalizadas e a autonomia do movimento Hip Hop, refletindo sobre os cinco elementos como eixos estruturantes dessa cultura.

Palavras-chave: Casa do Hip hop; Diadema (SP); Identidade periférica; Políticas culturais; Hip Hop.

REDE BEIJA-FLOR DE PEQUENAS BIBLIOTECAS VIVAS DE SANTO ANDRÉ: LITERATURA, MEMÓRIA E NOVOS SUJEITOS COLETIVOS NO CONTEXTO HISTÓRICO DO ABC

Fabiana Souza FERREIRA

Flavio MORGADO

A Rede Beija-Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, começa a surgir em 2011 no interior de uma universidade. Inicialmente, tratava-se de enfrentar desafios do processo de formação de novos professores em um contexto de crise da educação brasileira. A decisão de atuar em territórios vulneráveis, em escuta de seus moradores, impactará a Associação nascente e suas características como ator coletivo. Oficialmente criada em 2018, depois de pesquisas realizadas com participação de moradores de territórios vulneráveis, ultrapassa os limites da universidade, passando a trabalhar com noções mais amplas de educação e no campo da cultura. Hoje, articula bibliotecas comunitárias localizadas em territórios vulneráveis da cidade (Favela dos Eucaliptos, Núcleo Sacadura Cabral, Parque Andreense). Esses espaços se consolidaram como lugares vivos de leitura, memória e convivência, nos quais jovens, adultos e crianças se reconhecem escritores, fazedores de cultura, atores coletivos na busca de direitos. Atualmente, além da atuação em territórios vulneráveis, “amassando barro” (MARTINS, 2011, 2011a), participa de fóruns institucionais de cultura e planejamento urbano, ampliando a noção do direito à cidade a partir da literatura.

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória da Rede Beija-Flor como ator histórico regional, evidenciando seu papel na formação de sujeitos culturais e na produção de novas formas de participação cidadã. A metodologia consistiu na análise de registros, relatos e produções culturais da Rede e de seus territórios, em diálogo com categorias como os novos sujeitos coletivos (SADER, 1988), a categoria de “pedaço”, da antropologia urbana (MAGNANI, 2012) e os princípios do pensamento complexo, da ecologia da ação e da dialógica (MORIN, 2000; 2005), além de referências sobre o direito à literatura (CANDIDO, 2011). O público-alvo abrange moradores de comunidades periféricas e vulneráveis, em especial jovens em processo de autoidentificação como escritores e fazedores de cultura. Entre as atividades realizadas, destacam-se clubes de leitura, rodas de escrita, ações intergeracionais, participação em fóruns de cultura e audiências públicas que abordam temas de interesse dos territórios. Os resultados apontam para a consolidação das bibliotecas como “pedaços” (MAGNANI, 2012), espaços de sociabilidade enraizados no território, que se afirmam como “terceiros lugares” (OLDENBURG, 1989), ambientes de liberdade, diálogo e convivência.

À luz de Eder Sader (1988), a Rede pode ser interpretada como a emergência de novos sujeitos coletivos no Grande ABC, em um contexto marcado pela crise da identidade operária e pela transição para uma economia de serviços (MORGADO; NAKANO; VIZIM, 2022). Do mesmo modo, ressignifica a categoria de Magnani (2012), ao consolidar bibliotecas comunitárias como pedaços urbanos que reconfiguram a relação centro–periferia. Finalmente, exemplifica a pertinência do pensamento complexo de Morin (2000; 2005), ao religar dimensões locais e globais, indivíduo e comunidade, cultura e política, em uma ecologia da ação.

Conclui-se que a Rede Beija-Flor de Santo André constitui um personagem histórico complexo do ABC contemporâneo, carregando sinais de como se relaciona com novos capítulos na história regional, demonstrando que territórios periféricos também produzem narrativas centrais sobre cidade, cultura e cidadania (CANDIDO, 2011; MORGADO et al., 2021).

Palavras-chave: Bibliotecas comunitárias; Territórios periféricos; Sujeitos coletivos; Direito à cidade; ABCD Paulista.

RELAÇÕES DE PODER E INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SÃO BERNARDO: A DENÚNCIA DE 1868 E A PRIMEIRA ESCOLA DA FREGUESIA (1830-1872)

Adriana Santiago SILVA

O objetivo deste trabalho é compreender como se estabeleceram as relações de poder em São Bernardo na esfera da instrução pública e de que forma essas dinâmicas impactaram a criação e o funcionamento da primeira escola pública da Freguesia. A principal fonte de análise é uma denúncia anônima encaminhada por moradores da então Freguesia da Província de São Paulo. Nesse contexto, cabe retomar que a primeira escola pública de São Bernardo — atual município de São Bernardo do Campo, localizado na região metropolitana do estado de São Paulo — foi estabelecida em 17 de março de 1830, durante o período imperial brasileiro e destinava-se exclusivamente à instrução de crianças do sexo masculino.

O pedido de criação da escola de Primeiras Letras partiu de Manoel Rodrigues de Barros, fiscal da Freguesia, que redigiu um ofício ao Conselho Geral solicitando sua instalação. A proposta foi acolhida positivamente após discussões iniciadas em 4 de dezembro de 1829 na Câmara de São Paulo (SILVA, 2022). O primeiro professor nomeado foi o professor Antonio Thomas Lustosa, que devido ao fato de ser padre, também lecionava para meninas. Lustosa permaneceu na função até sua aposentadoria, em 1863, sendo sucedido pelo professor Manoel Dias Xavier de Toledo, figura central deste estudo, por ter sido o alvo de uma denúncia anônima encaminhada em 24 de março de 1868, na qual moradores o acusavam de “maus hábitos” e de condutas inadequadas ao exercício da docência. O documento não apenas descreve vícios atribuídos ao professor, mas também destaca seu parentesco com Francisco Martins Bonilha, então inspetor de ensino da Freguesia, além de apontar o protecionismo que o cercava em virtude de sua função como escrivão do subdelegado local.

A partir dessa fonte, o estudo busca compreender como se articularam os interesses particulares e públicos na oferta da instrução primária em São Bernardo, em meados do século XIX, tomando como base a denúncia anônima e os relatórios produzidos por figuras influentes que saíram em defesa do professor. Esses documentos, hoje sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), são analisados em conjunto com os ordenamentos legais do período.

Ancorado nos estudos de Villela (2016), Souza (1998) e Horta (2012), o trabalho examina de que modo os aspectos religiosos, políticos e sociais interferiram no funcionamento da instituição escolar. À luz da Micro-História (GINZBURG, 2007), analisa-se o conjunto documental, cujos resultados revelam que, mesmo diante das denúncias e dos indícios de irregularidades, o professor não sofreu sanções por parte da Inspeção Geral da Instrução Pública paulista, o que evidencia a força das redes de influência e a sobreposição de interesses no interior do sistema educacional do período.

Palavras-chave: História da Educação; São Bernardo (SP); Interesses públicos e particulares.

A IMINÊNCIA DE UMA AFROESCOLA NO ABC PAULISTA

Carlos Rogerio Eustachio da Silva Cupertino AMORIM

As AfroEscolas são, por essência, movimentos negros de caráter político e pedagógico, fundamentados nos valores civilizatórios afro-brasileiros: circularidade, religiosidade/espiritualidade, corporeidade, musicalidade, cooperativismo/comunitarismo, ancestralidade, memória, ludicidade, axé (energia vital) e oralidade. Esses valores orientam tanto seus princípios quanto suas práticas educativas.

Seus processos de aprendizagem nascem no âmbito local, micro e pessoal, projetando-se para o global, o macro e o comunitário. Devem ser criadas, mantidas e dinamizadas por pessoas e grupos negros ativistas, constituindo-se como tecnologias sociais abertas e livres, conectadas em redes, mas desenvolvidas com autonomia e respeito às especificidades de cada contexto.

As AfroEscolas têm como premissas centrais a investigação e o compartilhamento das africanidades — originárias e da diáspora — bem como de outras expressões culturais historicamente oprimidas. Também valorizam a criatividade, a intuição e os saberes próprios das comunidades. Estruturam-se a partir dos recursos já existentes, exigindo a ressignificação de práticas, crenças e sentimentos para reconhecer tais riquezas.

Seu primeiro esforço institucional formal deve concentrar-se na educação infantil, considerando os dez anos iniciais como base para a construção de uma cidadania negra digna, ao mesmo tempo em que promovem processos contínuos de reeducação adulta.

Por fim, as AfroEscolas organizam suas rotinas a partir da integração entre artes, interculturalidades, ecologias e economias, entendendo os conflitos comunitários não como obstáculos, mas como oportunidades privilegiadas de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Afro Escolas; Educação infantil; ABCD Paulista; Cidadania negra.

SÃO BERNARDO ANTIGA EM MOVIMENTO

Vicente Carlos D'ANGELO

O objetivo do nosso trabalho é mostrar locais e fatos icônicos que compõem a história de São Bernardo do Campo, valendo-se de IA (inteligência artificial), onde fotos originais e antigas ganham vida, assemelhando-se muito a um filme. São fotos em movimento sequenciais, com cerca de 40 segundos cada, num total de 15 a 18 minutos de apresentação, incluindo a explicação inicial do trabalho. A locução será feita ao vivo, acompanhando o filme que será inserido num pendrive. Este trabalho será uma maneira prazerosa e diferente de abordar alguns aspectos da antiga história da cidade.

O trabalho desenvolve-se, mostrando desde o local do nascimento da cidade de São Bernardo onde se instalava em 1717 a Fazenda São Bernardo, com uma capela em homenagem ao santo. Esta fazenda situava-se na confluência do Córrego Borda do Campo (atual), com o Rio dos Meninos. Segue o roteiro pela atual Estrada do Vergueiro e encontramos o antigo armazém onde os trabalhadores da construção da Rodovia Anchieta trocavam seus valores por alimentos. Em seguida vemos outro antigo armazém, o de Samuel Sabatine, que deu nome ao Paço Municipal, local onde se situa atualmente a PMSBC. Já no eixo da Rua Marechal Deodoro, atingimos a Capela de Santa Filomena, erguida em 1881, e veremos uma belíssima reunião de fiéis em movimento, orando em frente à mesma.

Na sequência, as imagens do Largo da Matriz, mostrando a casa onde morou o primeiro prefeito, Giuseppe Dalzotto. Em seguida outra imagem da antiga Igreja Matriz de São Bernardo e de seu antigo altar-mor, que hoje encontra-se na Igreja N. Sra. Da Ajuda, na cidade de Ilha Bela, no litoral norte paulista. Passamos pela Rua Padre Lustosa, ao lado da Igreja Matriz, onde veremos a ordenação do Frei Calisto Pessotti. Chegamos à atual Câmara de Cultura Antonio Assunção, onde em 13/12/1893, o italiano Giuseppe D'Angelo, construtor dessa residência, vendeu sua propriedade à PMSBC, local da instalação, na época, da Câmara Municipal de SBC. Seguimos pela atual Praça Lauro Gomes, onde se situava a casa do Alferes Bonilha, que foi o homem mais poderoso da região no século XIX, e passamos pelo Restaurante Magnólia de 1920/1950, com sua magnífica árvore. Num trecho preservado do antigo Caminho do Mar, encontramos um pequeno monumento contendo o brasão que exibe o símbolo da República do Brasil.

Encontramos agora as ruínas do antigo Hotel Estoril que depois tornou-se a sede do Jockey Club do ABC. Finalizando, chegamos ao Caminho do Sal, a estrada mais antiga de São Bernardo, que parte da Estrada Velha de Santos e margeia o Rio Pequeno, até Mogi das Cruzes.

Palavras-chave: São Bernardo do Campo (SP); Fotos em movimento; Preservação da memória.

TEATRO CONCHITA DE MORAES: BASTIDORES DE UMA HISTÓRIA

Adélia Maria Nicolete ABREU

O Teatro Conchita de Moraes, no bairro de Santa Terezinha, em Santo André, nasceu como auditório escolar em meados do século passado e, em pouco tempo, tornou-se teatro distrital, quando passou a atender a população externa à escola. Localizado estrategicamente na Praça Ruy Barbosa, próximo à avenida do Estado e à estação ferroviária de Prefeito Saladino e servido por várias linhas de ônibus, durante muitos anos foi reduto do teatro amador da cidade e da região do ABC, abrigando Festivais e encontros associativos e federativos da classe teatral.

Nos anos 1970 chegou a ser o espaço oficial do Teatro da Cidade, dirigido por Heleny Guariba, cujos participantes mais conhecidos foram Antonio Petrin, Sonia Guedes, Gabriela Rabello e Sônia Braga. A partir dos anos 1990, com a inauguração da Escola Livre de Teatro de Santo André, o Conchita, como é conhecido, ganhou um perfil pedagógico, mantido até os dias atuais. Por ali passaram muitos mestres conhecidos mundialmente e aprendizes que, hoje, atuam profissionalmente na área da dramaturgia, da direção teatral, da interpretação, da música, do circo, entre outras.

Na presente exposição, pretende-se registrar alguns dos momentos mais marcantes da história desse espaço cultural seja do ponto de vista artístico e pedagógico seja o de funcionários que por ali passaram como, por exemplo, Mauro Aparecido e Elisabete Barbosa, bem como abordar as transformações estruturais ao longo do tempo.

Palavras-chave: Teatro Conchita de Moraes; Teatro amador; Escola Livre de Teatro de Santo André.

CARTILHAS DE MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PARANAPIACABA

Fernanda Figueiredo D'AGOSTINI

Carolina Silva TAROCCHI

Fabiula DOMINGUES

Giuliana Conte Cintra MOITINHO

Israel Mário LOPES

Ketlyn Moreira FELTRIN

Maria Clara Camargos OLIVEIRA

Vanessa Pires RIBEIRO

As Cartilhas de Manutenção e Preservação do Patrimônio Cultural de Paranapiacaba foram desenvolvidas como instrumentos técnicos voltados à democratização do conhecimento sobre a preservação de bens culturais, buscando torná-los acessíveis à população local e aos agentes públicos responsáveis. O projeto tem como eixo a criação de um documento normativo simplificado, elaborado em conjunto com órgãos de preservação e moradores, de modo a orientar intervenções em imóveis tombados e a fomentar práticas de manutenção do patrimônio material imóvel. Além da cartilha destinada ao público em geral, produziu-se a “Carta de Patrimônio para Crianças”, concebida não apenas para despertar o interesse das novas gerações pela valorização do patrimônio, mas também para fomentar o conhecimento junto a professores do 6º e 7º anos da escola pública e possibilitar as primeiras imersões no território com os alunos, permitindo a aplicabilidade prática das orientações apresentadas.

A metodologia baseou-se em três etapas complementares: **i)** levantamento de dados socioeconômicos e percepção comunitária por meio de pesquisa aplicada aos moradores; **ii)** análise de acervos acadêmicos, técnicos e bibliográficos, resultando em mapas e gráficos que facilitaram a compreensão dos dados; **iii)** realização de escutas participativas presenciais, fundamentais para validar conteúdos, ajustar a linguagem e fortalecer a relação entre comunidade e órgãos de preservação.

Os resultados evidenciam que a integração entre pesquisa documental e participação comunitária permitiu a elaboração de materiais acessíveis, que conciliam rigor técnico e clareza comunicacional. O envolvimento dos moradores nos debates mostrou-se essencial para legitimar o conteúdo e estimular práticas de zeladoria do patrimônio industrial ferroviário. Os produtos desenvolvidos já se configuram como ferramentas de apoio efetivas, promovendo não apenas a preservação física dos bens, mas também o fortalecimento da identidade cultural e o estímulo à economia criativa e ao turismo cultural na região.

Conclui-se que a experiência demonstra o potencial das cartilhas enquanto dispositivos de mediação cultural, capazes de aproximar comunidade e instituições de preservação, promovendo processos de corresponsabilidade na gestão do patrimônio. Ademais, ao incentivar a conservação do ambiente construído, o projeto também contribui indiretamente para a sustentabilidade ambiental, uma vez que a manutenção de edificações históricas reduz a necessidade de novos recursos construtivos e, por consequência, as emissões de CO₂ associadas.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Participação comunitária; Educação patrimonial; Preservação de bens culturais; Vila de Paranapiacaba (Santo André, SP).

TRABALHOS INSCRITOS E NÃO APRESENTADOS

Por ordem alfabética dos sobrenomes dos(as) autores(as)

LÍGIA HELENA DE ALMEIDA -- Urucum: memórias de mulheres, migrações e assentamento de corpos e histórias no ABC Paulista.

NEWTON JOSÉ BARROS GONÇALVES -- Áreas de Proteção aos Mananciais: suas origens e importância.

PRISCILA GORZONI -- Os bastidores da vida nos cemitérios: Uma repórter conta os meses que passou neles.

SOLANGE REGINA SCHAFFER -- Reprodução do lugar social aprendizes trabalhadores(as): estudo de caso em uma fábrica automobilística de São Bernardo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE (MAUÁ, SP). Comissão da Verdade no Município de Mauá. In: **Mauá: Histórias de Luta: Resistência à Ditadura Militar** [web page]. 2016. Disponível em: <https://mauahistoriasdeluta.wordpress.com/2016/01/19/comissao-da-verdade-no-municipio-de-maua/>

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>

DOTTA, Renato A. A emancipação e a primeira eleição municipal. In: MAUÁ (SP). Coordenadoria de Cultura. Núcleo de História e Memória (Org.). **Participação política em Mauá: da emancipação às conquistas sociais 1954-2004**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004. v. 4, p. 11-38.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: cidades e estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/maua.html>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: pedaços e trajetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Quem tem medo de Mary Burns**. Disponível em <http://henrilefebvre.blogspot.com/2011/11/quem-tem-medo-de-mary-burns-questao-da.html>.

MORGADO, Flávio; MORAIS, Jéssica Garcia da Cruz; CAMPOS, Anna Carolina Ribeiro de; LIMA, Cibele Maria Silva de; SACCO, Pâmela Carolina Garson; NAKANO, Marilena. Jovens escritores, leitores e ativistas periféricos: deslocamentos e desidentificação como sinais de potência. In: BELANDO MONTORO, María R. (coord.). **Participación cívica en un mundo digital**. Madrid: Dykinson, 2021. p. 55-73. ISBN 978-84-1377-940-9. DOI: 10.14679/1312.

MORGADO, Flavio; NAKANO, Marilena; VIZIM, Marli; CAMPOS, Anna Carolina Ribeiro de; LIMA, Cibele Maria Silva de; SACCO, Pâmela Carolina Garson. Living library as a third place: an encounter of generations in times of uncertainty. **Foro de Educación**, Salamanca, v. 20, n. 1, p. 197-213, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14516/fde.932>

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

PORTUENSE DE CARVALHO, S. A. Experiências de solidariedade e política: a ação popular no Jardim Zaíra (1958-197). **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 48, set./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/20706>.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Organização:



Apoio:

